



Processo n. 126.030/12

CONTRATO N. 2013/102.0

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A INDAGO CONSULTORIA LTDA. PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA QUALITATIVA, POR MEIO DA TÉCNICA DE GRUPOS FOCAIS, PARA AVALIAÇÃO DO CONTEÚDO DIVULGADO E DA LINGUAGEM UTILIZADA PELOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (AGÊNCIA, RÁDIO E TV CÂMARA).

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e treze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor Administrativo, o senhor ROMULO DE SOUSA MESQUITA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília – DF, e a INDAGO CONSULTORIA LTDA., situada na Rua José Lemos de Moraes, 198, São João Novo, São Roque – São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 59.389.403/0001-17, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por sua sócia, a senhora MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DOS SANTOS, residente e domiciliado em São Paulo - SP, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei nº 10.520, de 17/07/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital de Retificação Consolidado do Pregão Eletrônico n. 22/13, doravante denominado simplesmente EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de pesquisa qualitativa, por meio da técnica de grupos focais, para avaliação do conteúdo divulgado e da linguagem utilizada pelos veículos de comunicação da CONTRATANTE (Agência, Rádio e TV Câmara), de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no Anexo n. 1 ao EDITAL e



demais exigências e condições expressas no referido Edital e em seus Anexos.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) EDITAL e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 22/13;
- c) Proposta da CONTRATADA, datada de 18/4/13.

Parágrafo segundo – No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO, e previsto no subitem 2.1 do Anexo n. 2 ao referido Edital.

Parágrafo terceiro – As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o artigo 65, §2º, inciso II, da LEI, correspondente ao artigo 113, §2º, do REGULAMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os serviços objeto deste Contrato deverão obedecer rigorosamente às especificações técnicas descritas no Título 3 do Anexo n. 1 ao EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços objeto da presente contratação a partir da data de assinatura deste Contrato.

Parágrafo primeiro – O prazo de execução dos serviços, incluída a apresentação dos resultados referida no parágrafo décimo terceiro desta Cláusula, será de 90 (dias), contados da data da assinatura deste Contrato.

Parágrafo segundo – Cada grupo focal deverá ter 10 (dez) pessoas, sem membros comuns entre os 6 (seis) grupos, escolhidas em qualquer capital do Brasil, incluindo o Distrito Federal, divididas pelos critérios de idade, classe social e escolaridade.

Parágrafo terceiro – A pesquisa deverá ser realizada em qualquer capital do Brasil, incluindo o Distrito Federal, observando-se os critérios citados no item 4.3 do Anexo n. 1 ao EDITAL.

Parágrafo quarto – O órgão responsável, após a assinatura do Contrato e antes da apresentação do Roteiro de Trabalho Inicial, previsto no item 4.5 do Anexo n. 1 ao EDITAL, apresentará à CONTRATADA o detalhamento dos critérios para a aplicação da pesquisa.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA deverá apresentar ao órgão responsável, em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura deste



Contrato, para aprovação, o “Roteiro de Trabalho Inicial”, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Parágrafo sexto – Em até 30 (trinta) dias a partir da assinatura deste Contrato, a CONTRATADA deverá agendar reunião com o órgão responsável para detalhar os procedimentos, discutir e aprovar o Roteiro de Trabalho Inicial.

Parágrafo sétimo – O órgão responsável emitirá documento que aprove formalmente o Roteiro de Trabalho Inicial.

Parágrafo oitavo – O Roteiro de Trabalho é o parâmetro utilizado pelo mediador para conduzir o Grupo Focal.

Parágrafo nono – A pesquisa será realizada por meio da condução de sessão (reunião) junto a cada grupo focal, precedida de reavaliação do Roteiro de Trabalho, caso necessário, e de sua aprovação pelo órgão responsável, cujos encaminhamentos poderão acontecer por meio de troca de mensagens eletrônicas (e-mail) com a CONTRATADA.

Parágrafo décimo – Em até 2 (dois) dias úteis após a realização da sessão, a CONTRATADA deverá apresentar Relatório Parcial para permitir eventuais correções do Roteiro de Trabalho ao longo da execução do objeto.

Parágrafo décimo primeiro - Em até 2 (dois) dias úteis após a realização da sessão, a CONTRATADA deverá apresentar ao órgão responsável documentação que comprove a classe social, escolaridade e idade dos membros dos grupos.

Parágrafo décimo segundo – Todo o processo de planejamento, execução e finalização da pesquisa deve ser informado ao órgão responsável por meio dos Relatórios Parciais (parágrafo anterior) que deverão ser enviados por meio eletrônico para o órgão responsável e por meio de apresentações parciais, a fim de permitir eventuais correções ao longo do processo, otimizar o tempo e evitar eventuais prejuízos na qualidade das informações.

Parágrafo décimo terceiro – O órgão responsável realizará avaliação técnica de validação e homologação das atividades exercidas.

Parágrafo décimo quarto – A CONTRATADA deverá entregar Relatório Final para avaliação técnica pelo órgão responsável, em até 60 (sessenta) dias, contados da entrega do “Roteiro de Trabalho Inicial”, contendo todo o material audiovisual e textual gerado na pesquisa, de forma bruta e em formato para apresentação final, e resumo dos comentários mais importantes, além de acrescentar as conclusões, recomendações e a análise dos resultados.

Parágrafo décimo quinto – O Relatório Final não aprovado na avaliação técnica será devolvido à CONTRATADA para as correções e modificações necessárias, de acordo com análise a ser encaminhada pelo órgão responsável.



Parágrafo décimo sexto – O órgão responsável fixará o prazo adequado para as correções e modificações necessárias no Relatório Final a serem promovidas pela CONTRATADA.

Parágrafo décimo sétimo – Após a aprovação do Relatório Final, a CONTRATADA deverá promover apresentação em *Power Point* dos principais resultados da pesquisa, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, em dia e horário estabelecidos pelo órgão responsável.

Parágrafo décimo oitavo – As informações qualificadas deverão ser disponibilizadas, juntamente com o Relatório Final aprovado, em suportes eletrônicos digitais com ferramenta que possibilite a filtragem dos dados para diferentes tipos de pesquisa.

Parágrafo décimo nono – O objeto contratual será recebido definitivamente se atendidas todas as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas no EDITAL, e em seus anexos, além daquelas determinadas pelo órgão responsável, em caráter complementar, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nos prédios administrativos da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como correclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.



Parágrafo quinto – A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao órgão responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até 2 (dois) dias úteis após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o Termo ao órgão responsável.

Parágrafo sétimo – É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, atraso injustificado na prestação dos serviços, ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE, omissão ou outras faltas mencionadas no Anexo n. 3 ao EDITAL, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas no referido dispositivo editalício, observadas as condições nele indicadas.

Parágrafo primeiro – Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo segundo – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo terceiro – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

Parágrafo quarto – Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da LEI, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos no EDITAL e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a Câmara dos Deputados;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

Parágrafo quinto – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.



Parágrafo sexto – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

Parágrafo sétimo – Findo o prazo fixado sem que a CONTRATADA tenha concluído os serviços, além da multa prevista, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo oitavo – A CONTRATADA será considerada em atraso se prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução, fixado neste Contrato.

Parágrafo nono– Se a CONTRATADA, a qualquer tempo, deixar de executar os serviços ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do Contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo décimo – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo décimo primeiro – Poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor deste Contrato, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, dolo ou culpa e o disposto no parágrafo anterior, sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:

INFRAÇÃO	PERCENTUAIS sobre o valor da parcela correspondente (conforme item 4.1 do Anexo n. 2)
1.DEIXAR DE:	
1.1. Apresentar o Roteiro de Trabalho Inicial, conforme o disposto no item 4.5 do Anexo n. 1, por dia de atraso	1%
1.2. Agendar a reunião de aprovação do Roteiro de Trabalho Inicial ou de participar da reunião, conforme o disposto no subitem 4.5.1 do Anexo n. 1	2%
1.3. Entregar os Relatórios Parciais, conforme o disposto no subitem 4.6.1 do Anexo n. 1, por dia de atraso	1%
1.4. Entregar o material bruto, conforme o disposto no item 4.9 do Anexo n. 1, por dia de atraso	1%
1.5. Entregar o Relatório Final, conforme o disposto no item 4.9 do Anexo n. 1, por dia de atraso	2%
1.6. Realizar as correções/adequações no Relatório Final indicadas pelo Órgão Responsável, conforme o disposto no subitem 4.9.1 do Anexo n. 1, por ocorrência	2%



INFRAÇÃO	PERCENTUAIS sobre o valor da parcela correspondente (conforme item 4.1 do Anexo n. 2)
1.7. Realizar a apresentação dos resultados da pesquisa referida no subitem 4.9.2 do Anexo n. 1, por dia de atraso	2%
1.8. Executar qualquer tarefa constante das obrigações pactuadas ou previstas em lei para as quais não se comine outra penalidade.	1%

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O valor total do presente Contrato é de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais). O objeto aceito pela CONTRATANTE será pago em duas parcelas por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo órgão responsável, da seguinte forma:

- a) 30% (trinta por cento) após aprovação do Roteiro de Trabalho Inicial pelo órgão responsável, obedecido ao disposto no parágrafo sétimo da Cláusula Terceira deste Contrato;
- b) 70% (setenta por cento) após recebimento definitivo do objeto.

Parágrafo primeiro – A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo segundo – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo terceiro – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do aceite do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo quarto – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, calculados pela fórmula:



$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

Parágrafo quinto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo sexto – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo sétimo – As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho nº 2013NE002191, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.131.0553.2549.0001 – Comunicação e Divulgação Institucional
- Natureza da Despesa:
 - 3.0.00.00 – Despesas Correntes
 - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
 - 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
 - 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de 20/05/13 a 19/09/13, ou seja, a partir da data de sua assinatura até o prazo constante do parágrafo primeiro da Cláusula Terceira deste Contrato para a conclusão dos serviços.



Parágrafo único – Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

CLÁUSULA NONA – DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Considera-se órgão responsável pela gestão do serviço objeto deste contrato, a Coordenação de Participação Popular, da Secretaria de Comunicação Social da CONTRATANTE, localizada no Edifício Principal, Ala E, que designará o servidor responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as dúvidas e questões decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 9 (nove) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 20 de maio de 2013.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Romulo de Sousa Mesquita
Diretor Administrativo
CPF nº 443.493.351-53

Maria da Conceição G. dos S.
Sócia
CPF nº 507.637.508/59

Testemunhas: 1) _____

2) _____